

# TESES

# 42

ESTUDOS ELABORADOS PELA

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Nº 42

# O IMPACTO DA **ALCA** NO COMÉRCIO

## PAINEL 2



Federação do Comércio  
do Estado de São Paulo

## O momento da maturidade política

**U**m dos aspectos mais importantes sobre as discussões referentes à Alca diz respeito à maneira como o Congresso Nacional vê o processo de inserção do Brasil neste mercado livre. Nosso Congresso, corroborando as tradições democráticas, é amplo e pluralista, permitindo diversas visões sobre este tema, sejam elas favoráveis ou fortemente críticas. O grande interesse deste tipo de debate é exatamente este, poder colocar à mesma mesa conceitos e idéias em defesa e discussão democrática, que é a única forma de conhecer mais profundamente todos os aspectos envolvidos em relação ao Brasil na Alca.

O ponto mais importante da Alca, também discutido pelos congressistas que participaram do Seminário, é que o Brasil não pode ser coadjuvante, tem de ser ator neste processo. O Brasil não pode ser massa de manobra numa queda de braço com a Europa e com o Japão, na qual os Estados Unidos exibiriam o poderio da Alca: 34 países, PIB de US\$ 11 trilhões, superior em US\$ 2,2 trilhões ao da União Européia.

A Alca não pode prescindir do Brasil. E o Brasil não pode deixar de ser uma economia industrial. A Argentina enfrenta essa tragédia também porque desprezou essa idéia. Tudo isto

mostra um grande reagrupamento de forças políticas. Estão em jogo fatores de ordem estratégica, como a inserção de países e blocos nas mudanças em curso.

Trata-se agora de reconstruir essas bases, tarefa iniciada, pela força das circunstâncias, de maneira algo impositiva por meio do que se decidiu chamar de globalização. O processo de reconstrução, entretanto, não deve perder de vista um fato: a época do império hegemônico, a ditar estatutos e leis aos membros da comunidade imperial, entrou em declínio.

Os países ricos impõem aos chamados emergentes políticas que jamais praticariam internamente. Essas políticas, como o monetarismo rígido e o superávit fiscal a qualquer custo, tornam os países pobres ainda mais pobres e miseráveis. Todo o cuidado é pouco: esses países assinam tratados que depois não cumprem, alegando mil e um pretextos e são pouco confiáveis na negociação, pedindo o fim do protecionismo dos outros, enquanto aumentam descaradamente

seu próprio protecionismo.

Todos os países têm o direito de escolher, livremente, seus parceiros e, no caso brasileiro, temos ainda o privilégio, e o dever, de somar ao direito condições objetivas para fazer valer a escolha mais satisfatória possível.



**Abram Szajman**

Presidente da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP/CCESP), dos conselhos regionais do SESC e SENAC e 1º vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

## 2º PAINEL

# O IMPACTO DA ALCA NO COMÉRCIO

VISÕES DO  
CONGRESSO NACIONAL



O segundo Painel do Seminário “O Impacto da Alca no Comércio”, que apresentou o tema “Visões do Congresso Nacional”, complementou os trabalhos da manhã de 2 de julho de 2001, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Para este painel foram convidados o senador Roberto Freire (PPS) e o deputado federal Marcos Cintra (PL), para apresentarem as posições dos partidos que representam, mostrando pontos de concordância e de discordância sobre a Alca, enriquecendo o debate com os empresários do setor do comércio. Na platéia também estavam presentes o deputado federal Emerson Kapaz (PPS) e o deputado estadual Arnaldo Jardim, que é presidente estadual do PPS.

A coordenação do segundo painel foi conduzida pelo empresário Rubens Torres Medrano, que é diretor da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e também preside o Conselho do Comércio Atacadista da Fecomercio SP. A mesa contou ainda com a presença dos painelistas do primeiro painel, – “Com a Alca, o Fim das Barreiras” –, Lytha Spíndola, secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior; Michel Alaby, presidente da Associação de Empresas Brasileiras para a Integração do Mercosul, a Adebim, e José Carlos de Magalhães, professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e diretor do Instituto de Direito Internacional e Relação Internacionais.

As posições políticas dos congressistas acabaram gerando questões também aos participantes do primeiro painel, acendendo uma série de discussões sobre a importância da participação efetiva do Congresso Nacional nas negociações sobre a Alca, como ocorre já em outros países envolvidos na criação desta zona de livre comércio, a exemplo dos Estados Unidos, que condiciona qualquer negociação à aprovação de seu Congresso.

A presença, na mesma mesa, de empresários, políticos e funcionários de governo foi amplamente enriquecedora, pois mostrou de forma clara que não há possibilidade de conduzir o processo de inserção do Brasil na Alca sem a participação de todos os setores da sociedade, sem que se possa afirmar onde termina a função de um setor e onde começa a de outro, o trabalho deve suplantiar este tipo de barreira e ser absolutamente conjunto e uníssono.

# VISÕES DO CONGRESSO NACIONAL

## MARCOS CINTRA

Eu quero cumprimentar o presidente da mesa, Rubens Medrano, seus componentes, senador Roberto Freire, dr. Michel Alaby, secretária Lytha Spíndola, prof. José Carlos Magalhães e todos os presentes.

Participar desse debate para mim é particularmente importante por várias razões. Em primeiro lugar porque eu acredito que já se forma no Brasil a consciência da absoluta necessidade da participação intensa em todo o processo de negociação do Congresso brasileiro, até porque em 2005 caberá a ele a ratificação do que for negociado ao longo dos próximos 4 anos. É fundamental, portanto, que os deputados e senadores participem ativamente das negociações, como representantes da comunidade empresarial, dos trabalhadores, dos partidos políticos, enfim da sociedade brasileira.

Em segundo lugar, é importante que nós participemos até como um instrumento da própria negociação. Em Quebec, na Cúpula das Américas, estavam presentes representantes do Congresso norte-americano que participavam das negociações, sentavam à mesa, opinavam e, talvez o mais importante, serviam como arma de negociação para o Executivo e para os negociadores.

Pelo que pude observar, os negociadores brasileiros são da maior qualidade, conhecem profundamente os temas de-

batidos, lastreados em pesquisas e trabalhos exaustivos que vêm sendo desenvolvidos há bastante tempo. Contudo, devo também concordar com a afirmação de que as informações transmitidas a esses negociadores podem ser inadequadas e insuficientes. Até na tentativa de me preparar para essa discussão e para esse debate, procurei informações específicas sobre a influência da Alca no setor de serviços, no comércio mais especificamente, área de maior interesse dos senhores. No próprio Itamaraty fui informado que esta área está apenas iniciando em termos de avaliações, razão pela qual inclusive presidentes da Comissão de Comércio Exterior, da Comissão de Indústria e Comércio, da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Agricultura, todas estas comissões da Câmara dos Deputados, já se reuniram com o objetivo de propor emendas ao orçamento de 2002, alocando recursos para que o governo possa encomendar e efetivar pesquisas detalhadas acerca das várias áreas que vão servir de subsídios a esses negociadores.

Eu gosto de pensar na Alca elaborando três cenários. O primeiro, e melhor, seria o cenário do Brasil participando na Alca como resultado de uma boa negociação, competente, respaldada pela sociedade, por estudos e por trabalhos setoriais que o governo venha colocar à disposição dos nossos negociadores, das empresas privadas e das entidades representativas do setor privado. Um segundo cenário possível, o intermediário, é o Brasil não participar da Alca e como resultado disso, pelo peso específico que o

Brasil tem na América Latina como economia importante, a Alca simplesmente fracassar. O Brasil não participa, mas também a Alca acaba não se concretizando.

O pior cenário efetivamente seria a Alca acontecer e o Brasil ficar de fora, não participar. Aí sim, não apenas deixaremos de ter acesso ao mercado norte-americano como ainda perderíamos. Em função do fato de que outros países poderão entrar na Alca, nós teremos as barreiras comuns da Alca defendendo ou impedindo a entrada de produtos brasileiros. Aí poderemos perder inclusive parte significativa dos mercados que já conquistamos, como o México e outros mercados da América Latina.

Então é importante discutir se existe possibilidade de entrarmos na Alca e sairmos ganhando nessa negociação. Há possibilidade de uma participação do Brasil que amplie o nosso comércio exterior, que signifique aprofundamento das nossas pesquisas tecnológicas, que signifique mais emprego? Eu acho que sim. Eu ouço muitas vezes posições um pouco preconceituosas que questionam como o Brasil pode entrar num acordo comercial com os Estados Unidos, sabendo que quase 75% de toda a economia das Américas é norte-americana, que toda pesquisa tecnológica é comandada e financiada pelos norte-americanos, que eles têm taxas de juros baixas e nós temos taxas de juros altas, que eles têm crédito farto e nós não dispomos deste crédito, que as condições internas da economia brasileira enfrentam toda sorte de dificuldades, problemas fiscais, problemas buro-



cráticos, o famigerado "custo Brasil"? Como é possível um país como o Brasil entrar num acordo onde a tarifa seja zero? Como é possível se imaginar sequer algum ganho numa negociação como essa?

Eu chamo a atenção para o fato de que, na realidade, se nós formos concorrer com os americanos em qualquer área, setor ou produto, com algumas exceções, nós vamos perder em termos de competitividade para uma maioria de produtos que eventualmente viessem a ser produzidos pelos Estados Unidos. A economia norte-americana é uma economia de serviços, que representam 80% do seu PIB. A indústria norte-americana hoje se restringe à indústria de alta tecnologia, o que deixa um amplo espaço para a entrada de produtos industriais e manufaturados brasileiros, produtos convencionais como automotores, metais ferrosos, papel, celulose, siderúrgica e produtos agrícolas.

Eu não concordo portanto com aqueles que afirmam: "Nós somos piores, como é que nós vamos concorrer?" Existe espaço para concorrer sim. Muitos defendem uma volta ao modelo de substituição de importação, começar a fechar um pouco, oferecer barreiras protecionistas para que possamos desenvolver a nossa indústria baseados no modelo da indústria nascente. Eu acho que esse modelo já cumpriu um papel fundamental na economia brasileira, está esgotado, não é mais o caminho para a continuidade do desenvolvimento econômico brasileiro. Hoje este caminho está efetivamente na abertura, na inserção do Brasil

na economia internacional, para nos permitir receber fluxos de capital, de tecnologia, de investimentos e comerciais. Eu queria finalizar fazendo um comentário que me parece importante e que muitas vezes tem sido colocado como uma alternativa: não seria melhor negociarmos com a União Européia ao invés da Alca, como se fossem projetos alternativos excludentes. Não são. O deputado Germano Rigotto participou em Bruxelas de alguns entendimentos e negociações que estão se iniciando com a União Européia. Ao voltar desta reunião, Rigotto comentou que os entendimentos com a União Européia apenas avançariam se os europeus percebessem a possibilidade de avanço na Alca. Aí sim, para fazer a contraposição em termos de hegemonia política e econômica, eles se interessariam. Caso contrário, ele não notou nenhuma predisposição, nenhuma justificativa concreta baseada em fatos, em projeto político e econômico, para um acordo com o Mercosul. É importante que nós avancemos na Alca simultaneamente às negociações com a Comunidade Européia. Eu acho que são dois esforços que se complementam e nos dão uma capacidade de negociação, uma capacidade de entendimento mais amplo que é precioso e do qual não podemos abrir mão. O importante é que isso não seja jamais visto como alternativas excludentes. Nós temos que negociar nas duas frentes e buscar os nossos caminhos.

Eu queria deixar aqui então essa visão positiva acerca das possibilidades do Brasil e

do seu ingresso na Alca. Precisamos adentrar nessa negociação com a cabeça aberta, olhando todas as alternativas e conscientes de que se a negociação for boa, é lógico, a Alca poderá ser uma excelente alternativa para o Brasil. Mas tudo vai depender da qualidade das negociações, das informações que nós temos sobre a economia brasileira e da competência dos nossos negociadores, essa já amplamente reconhecida por todos, inclusive nos fóruns internacionais. Muito obrigado.

## ROBERTO FREIRE

Eu lamento não ter chegado aqui mais cedo para ter ouvido todos os participantes. Digo que lamento porque eu poderia talvez afirmar com maior segurança que provavelmente eu serei a voz destoante e dissonante, pelo menos pelo o que eu recebi e pelo pouco que ouvi. Por isso eu lamento, porque talvez aqui eu pudesse, na minha intervenção, se não responder a tudo, pelo menos dizer que essa minha posição não é fruto de preconceito. E até podia facilmente se avaliar que era preconceito, pois está falando aqui um representante da esquerda, de uma vertente comunista, e que, portanto, poderia ter até no seu antiamericanismo uma justificativa para não discutir a Alca como uma perspectiva boa para o Brasil num cenário próximo.

Primeiramente queria saudar o empresariado brasileiro do setor de comércio, porque está fugindo, talvez pela nova realidade do mundo e a realidade política brasileira, da-

quilo que era tradicional, o nosso fechamento. Está se discutindo aqui a Alca quando o empresariado brasileiro nunca discutiu coisa alguma referente ao mundo, porque o seu mundo era o Brasil garantido, resguardado por um modelo protecionista de reserva de mercado, um mercado fechado. A necessidade está se impondo. Não se fazia isso não porque não tivéssemos essa propensão de tolerância e de humanismo, era porque nos bastávamos. Mesmo que mal e equivocadamente, mas nos bastávamos. Estávamos de costas para a América do Sul e tivemos que começar a discutir; estávamos de costas para o mundo e ainda é tão verdadeiro que a economia brasileira é pouco relacionada internacionalmente. Nós temos uma relação internacional ainda pequena para o potencial da economia brasileira. Daí a importância desse tipo de debate.

A outra importância é de que se abre para discutir com as forças políticas, com a visão do Congresso, que é uma visão evidentemente multifacetada, pluralista. O Congresso brasileiro não é um Congresso muito polarizado, ao contrário, é um Congresso com várias representações políticas. Vocês têm aqui duas presenças de pequenos partidos, nem por isso não importantes. Talvez até aquilo que possa justificar a continuidade do pluralismo no Congresso brasileiro, coisa que alguns setores hoje dominantes pretendem impedir, inclusive acham que isso não ajuda, quando eu digo que o Brasil talvez possa ter perspectivas de encontrar melhores caminhos dentro desse pluralismo e não



numa tentativa de bitolar.

Dizendo essas duas questões, eu aí queria colocar qual é a nossa visão. Uma primeira coisa, quando falo nessa visão socialista, é de que para nós esse processo de globalização, que nós durante muito tempo na sociedade industrial chamávamos de internacionalização, não é nada estranho para nós. Isso pode até causar já uma primeira impressão distinta do que se ouve falar da maioria da esquerda brasileira, que tem uma posição muito refratária em relação a isso, talvez por não ter sido a nossa vertente, onde o internacionalismo estava bem presente e onde uma página do Manifesto Comunista falava do processo de cosmopolitização do mundo a partir da revolução burguesa industrial e das integrações dos mercados.

Esse processo que hoje tem características bem concretas da formação das chamadas economias regionalizadas, esse processo de integração, como o desenvolvimento é desigual, tem áreas onde isso avançou para outro tipo de cooperação. O problema não é de concorrência; esse processo de integração é de cooperação. Pensar em processo de integração com concorrência é continuar ainda pensando a política de internacionalização ou de globalização ou de integração com visões do passado, o processo de entrelaço dos Estados nacionais. Quando se pensa em União Européia hoje, se vê uma evolução que começou com acordos econômicos para três ou quatro setores da economia: aço, carvão, ou seja, alguns acordos do Benelux, seis

países. Esse é o início, o Tratado de Roma, do que hoje se conhece como o maior nível de cooperação e de superação dos chamados internacionais.

Para a gente começar a não querer ver o que está ocorrendo hoje sem ter um referencial histórico do passado e perspectivas do futuro. Para não pensar que isso é uma coisa que está ocorrendo porque maquiavelicamente os Estados Unidos imaginam e nós aqui vamos estar nos dividindo (aí para fugir do preconceito) entre direita e esquerda, antiamericanismo ou a favor do americanismo, liberal ou socialista. Vamos entender o processo.

Nós vamos disputar, vamos ter contradições, vamos estar nos enfrentando como adversários políticos na condução desses números, mas isso está condicionado pela própria dinâmica que o mundo está experimentando. Isso não é agenda colocada por quem quer que seja, essa é uma agenda objetiva. Sobre ela nós podemos dar prioridades, enfatizar, mas ela foi colocada. O presidente Fernando Henrique Cardoso não faz reforma do Estado porque foi um iluminado, mas porque a necessidade se impunha. No momento em que o comércio e a indústria têm outro tipo de relação, outra forma de produção, outra forma de se institucionalizar, evidentemente o Estado não é algo apartado, também tem que acompanhar isso. Então a reforma se dá exatamente por isso. Podemos discutir, discutimos muito e muito nos opomos a algumas dessas políticas adotadas, mas evidentemente qualquer um que lá chegasse teria

que fazer, sob pena de colocar o Brasil numa ante-sala e não como participante.

É com essa visão que eu quero discutir a Alca. Eu não sou coadjuvante, eu posso ser ator. Essa é uma opção que se discutiu quando estava se falando de Mercosul, que só existe se o Brasil quiser. Mas a Alca não existe sem Brasil. Se temos essa noção, não é noção de bazófia e nem de arrogância, até porque o Brasil nisso tem demonstrado que não tem uma posição imperialista nem colonialista, algo importante da nossa elite e que deve ser preservado. A nossa relação com o Mercosul muitas vezes é uma relação que é em detrimento de alguns dos interesses econômicos brasileiros, e assim tem que ser, sob pena de não ter Mercosul. Agora nós temos que, para isso começar, a imaginar que essa visão tem uma consequência, a de enfrentarmos o processo de formação das economias regionais, tendo a Alca, aí sim, como concorrente, não como cooperante. Se não pensarmos assim, pode ocorrer com o Brasil talvez uma tragédia, que para o Chile não é, ao abdicar de ser uma sociedade industrial. A Argentina está enfrentando essa tragédia também porque abdicou de ser sociedade industrial. Eu quero saber se o Brasil vai querer fazer essa mesma opção. Ao não fazer essa opção, eu tenho que afirmar que são nove economias no mundo que têm indústria de bens de capitais, uma delas é o Brasil. Eu vou abdicar disso ou vou tentar afirmar? Posso afirmar até sozinho, mas preciso afirmar, aí sim, pensando a questão da economia regional dentro da visão da cooperação e de integração de Estados nacio-

nais supranacional. Por quê? Pelas nossas culturas e talvez com muito maior facilidade (e que dificuldade nós estamos tendo) do que a Europa possa fazer. E está fazendo. Por que nós não fazemos?

O governo Fernando Henrique Cardoso, com todas as suas ambigüidades e vacilações de uma equipe econômica muito mais vinculada a interesses financeiros nacionais e internacionais bem imbricados, vem defendendo continuarmos tendo a moeda, continuarmos não nos integrando à Alca tal como a Alca quer definir no seu cronograma. Nisso tem o apoio de toda a oposição, mas a oposição que eu represento imagina um pouco mais. Não temos que ter limite em 2005. Esse limite terá que ser acordado no momento em que o país tiver capacidade. E aí não é um problema de concorrência, é de saber aonde podemos ter cooperação. Hoje, se pensarmos numa integração em 2005, eu não sei se temos cooperação. Nós vamos ter mera ocupação. Pode ser muito agradável para quem consome. Eu quero dizer que, se a sociedade que a Alca imagina é igual a do Nafta, não quero ser parceiro tipo mexicano, que é de uma economia de serviços e o seu serviço de transporte não pode circular nos Estados Unidos, decisão agora norte-americana. E eu não quero me subordinar a decisões do Canadá ou dos Estados Unidos de querer retaliar utilizando a ficção absurda da vaca louca brasileira, que o Nafta obrigou.

Eu acho que a economia brasileira, que a sociedade brasileira, que a América do Sul tem capacidade de pensar em livre comér-



cio e aí não é um problema de escolhas disjuntivas. Até porque está errado mesmo isso de dizer que ou é Alca ou é procurar a União Européia. Não é isso. A economia brasileira se realiza um terço com o Mercosul, um terço com a Europa e um terço com os Estados Unidos, não tem nada de prioridades, vamos com todas e ainda é pouco porque o que precisamos é ampliar. Pode ter acordos bilaterais? Claro que sim. Acordos de comércio. Vamos discutir os Estados Unidos não protegendo. Até porque não é verdade que talvez temos setores onde possamos disputar bem com os Estados Unidos. Um grupo brasileiro foi lá comprar agora uma siderúrgica norte-americana, porque não consegue exportar para lá. Até porque nesse setor temos inclusive vantagens comparativas. Na agricultura nem se fala, uma série de protecionismos, não apenas econômicos de taxas mas toda uma série de outros mecanismos. Isso não é negociável. Alguns sinais já são aí apontados e vivenciados no mundo, de maneira que podemos dizer que o código não será o código comercial, o código será o da propriedade intelectual. É do conhecimento de todos esse avanço na questão da engenharia genética. A economia do futuro é o conhecimento que está se refletindo em todos os setores, a ponto de se dizer que reforma agrária já não é mais uma questão só de terra ou a cada dia menos de terra e muito mais do conhecimento dos transgênicos e toda essa evolução. Nela o Brasil pode participar ou dela o Brasil pode ser ator principal. Dessas sociedades que tem aí, talvez

as ausentes do poder central no mundo, uma que pode lá chegar é o Brasil, por algo que for feito, seja numa equipe técnico-científica, seja no empreendedorismo ou na sua elite empresarial. Apesar de ser uma sociedade perversa e injusta, isso pode nos dar condições de nela disputar. Alguns sinais: Genoma, a participação brasileira nisso é algo que enche de orgulho e de auto-estima, talvez a Embraer, que dá lugar inclusive à retaliação do Nafta através do Canadá, que é um processo de querer avisar para todos nós que tomemos cuidado. Eu espero que o Brasil se prepare.

Eu me lembro que fui uma vez para a ONU e lá estavam discutindo o problema de Cuba. Nessa época eu tinha a firmeza de dizer e continuo achando que o Brasil deve se abster, não pode ser subalterno dos Estados Unidos nisso. Enquanto não tiver política norte-americana em relação à China ou a Cuba que tiver diferenciação, não tem por que o Brasil ser subalterno em decisão norte-americana para isso. Peso político é algo que precisa ter, porque potencialidade econômica, potencialidade cultural e capacidade de um povo não tenham dúvida que temos, se assim a decisão da sua elite política afirmar. O PPS busca isso. Muito obrigado.

### DEBATE DO PAINEL I "COM A ALCA O FIM DAS BARREIRAS"

**PAULO PEREIRA DA SILVA** (presidente da Força Sindical) – Quería fazer alguns comentários antes de fazer a pergunta. Nós



da Força Sindical fazemos parte de um sindicalismo que sempre achou que o Brasil deveria fazer parte da abertura econômica. Eu tenho algumas dúvidas e queria até fazer alguma crítica com relação ao trabalho do nosso Ministério de Relações Exteriores. Nós continuamos achando que a abertura é importante para que possamos competir, com os mercados globalizados. Nós temos algumas queixas com relação ao Ministério. Por exemplo, no setor da carne tivemos um grande problema, com prejuízo, mais de 2 mil trabalhadores foram demitidos por falta de firmeza do Ministério com relação ao Canadá, levando em conta que nós importávamos mais de um bilhão e exportávamos apenas 350 milhões. Portanto, o governo brasileiro poderia ter sido mais duro com o Canadá. Recentemente, vocês quase baixaram a tarifa externa comum (TEC), um grande número de empresários de São Paulo me pediu ajuda e eu falei várias vezes com o presidente da República para que vocês não baixassem para 2% a tarifa do Mercosul – isso iria criar um grande problema para alguns setores.

Por isso eu tenho grandes dúvidas hoje e acho que nós temos poucos produtos que poderão competir com um mercado de igual para igual com o mundo. Venho falando várias vezes que vocês deveriam abrir espaço. Nós, trabalhadores e empresários, gostaríamos de participar também dessa negociação que vocês fazem pelo mundo, porque o que vocês acertam lá nos afeta aqui embaixo diretamente. Então, do lado da

Força Sindical, nós vamos continuar reivindicando que trabalhadores e empresários participem em igual condição das negociações da Alca, porque nós temos grandes dúvidas e achamos que a abertura econômica poderá afetar e criar milhares de pessoas desempregadas no Brasil.

**SEIXAS CORREA** - Eu acho que a Força Sindical coloca fatos extremamente importantes que merecem reflexão e esclarecimentos. Primeiro vou me defender. Não é o Itamaraty que toma decisões a respeito de tarifas. O Itamaraty é parte importante e o responsável pela condução das negociações externas num contexto de decisões tomadas sob a responsabilidade de vários outros órgãos do governo brasileiro, a própria Presidência da República, o Ministério da Indústria e Comércio, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento e assim por diante. A estrutura decisória hoje em matéria de comércio exterior está centralizada hoje na Camex, da qual o Itamaraty é um integrante e na qual temos obviamente voz ativa e participação. Mas as decisões não são nunca solitárias, são tomadas de forma colegiada e às vezes com debate bastante intenso.

No tema da carne eu acho que não faltou nenhum tipo de firmeza com relação ao Canadá. Nós não podemos impedir que um país, motivado inclusive por interesses que não teve sequer a coragem de declarar na época, tome uma medida unilateral e arbitrária, que os próprios setores canadenses se encarregaram de desmoralizar. Nos causou um grande prejuízo, mas não havia ►

força no mundo que naquele momento pudesse impedir o primeiro-ministro e o ministro da indústria de tomarem aquela atitude que se revelou frágil, falsa e foi derubada. Eu acho que a nossa firmeza foi muito clara e foi essa firmeza que possibilitou a volta atrás do Canadá nessa decisão que nos causou prejuízo.

O Brasil quase baixou a TEC na reunião do Mercosul. O Itamaraty e a Camex deliberaram sobre esse assunto, que não depende exclusivamente do Brasil. Estamos falando daquele aumento de 3%, a taxa de estatística da Argentina que depois foi incorporada. Isso é um cronograma acertado entre os cinco países do Mercosul e, ao contrário, o Brasil está, por razões fiscais de orçamento e de acordo com seus parceiros, procurando controlar a eliminação desse residual de 3% da forma mais lenta e gradual possível, para que não afete os nossos objetivos de receita.

Nós temos aberto ao máximo todo o processo de participação na preparação das nossas posições. A transparência é absoluta e vamos passar a colocar na internet os textos dos acordos que estão sendo negociados com as nossas posições negociadoras. Estamos criando a Cenaeuropa, uma comissão igualmente ampla e representativa, para preparar nossa posição nas negociações ante o Mercosul e a União Européia. Fico atento a esse problema e não tenha dúvidas de se dirigir a mim ou a estrutura do Itamaraty em qualquer momento em que sentir que está faltando mais transparência ou mais participação, porque o nos-

so objetivo é assegurar isso.

**ÁLVARO MORTARI** (Diretor da Federação do Comércio e da Associação Comercial) - Senhor embaixador, ouvindo atentamente as suas palavras, eu fiz uma série de anotações. Em relação à Alca e à posição do Brasil, eu vejo que o exportador brasileiro ainda tem uma grande dificuldade, um problema cultural de exportação. Eu vejo uma fragilidade muito grande dos nossos companheiros do Mercosul, porque o Paraguai praticamente não produz nada, pelo contrário, tem uma série de problemas; o Uruguai também é um país com um PIB muito baixo e na verdade pouco nos serviria; a Argentina está passando por uma dificuldade muito grande que nós não sabemos como vai acabar.

Um terceiro problema é o custo Brasil. Nós estamos tendo constante aumento de impostos, alíquotas e ou se reduz o custo Brasil, ou não vamos ter condições de exportar. Eu vejo outro aspecto, senhor embaixador, nós vamos ter eleições em 2002 e os candidatos atualmente estão fazendo enormes reparos à globalização, enormes reparos a uma integração maior, inclusive com os Estados Unidos.

O quarto item é o Itamaraty. Felizmente, agora o senhor está nos dando uma informação bastante interessante, que o Itamaraty vai realmente ter pessoas extremamente capazes na área das negociações, principalmente na área do comércio.

Para concluir, acho que o governo brasileiro é extremamente lento para tomar as medidas que são necessárias e urgentes. Nós



estamos verificando que, na verdade, precisamos de uma reformulação de todo nosso mercado exportador, senão vamos continuar do mesmo jeito que estamos.

**SEIXAS CORREA** - Eu acho que quase poderia concordar com tudo o que o senhor disse, menos a crítica ao Itamaraty. O nosso setor exportador tem de fato esse aspecto, o Brasil é um país que tem a relação PIB/comércio exterior baixíssima. Obviamente, é um problema amplo que tem a ver com as dimensões do País e do mercado interno, com definições sobre política industrial e política comercial, com experiências nos segmentos do próprio governo e dos próprios meios empresariais brasileiros a respeito de temas como abertura, liberalização etc. O setor produtivo exportador brasileiro nunca teve o dinamismo e não há Itamaraty que possa suprir a competitividade de uma fábrica ou de um serviço. Quem tem que abrir o seu mercado, com base no apoio e na orientação e na coadjuvação do governo, no fundo é o empresário.

Sobre o Mercosul, acho que ele se desviou do seu objetivo original, que era criar um mercado comum e uma integração. O Mercosul na realidade criou uma plataforma de comércio interno, se resumiu a um jogo de tarifas, baixar as tarifas para dentro da zona e unificar a tarifa externa para fora. Isso gerou um crescimento exponencial do comércio entre nós, mas não gerou integração. Vários setores continuaram protegidos e me refiro muito especialmente no caso à Argentina, setores em que nós não

conseguimos entrar. Como os setores principais não estão integrados, quando há um problema comercial, o comércio é sempre conflitivo, porque falta aquela rede de segurança que a integração poderia gerar. Então essa é a fase em que nós estamos trabalhando no Mercosul, procurando avançar no caminho da integração.

Em relação ao Custo Brasil, não podia estar mais de acordo que tem que se reduzir. Nós não somos parte desse custo Brasil, inclusive porque é o Ministério com o menor orçamento possível, acho que é o terceiro menor orçamento de toda a República. Eleições em 2002, reparos à globalização, esse não tenho a menor dúvida de que será um grande tema eleitoral. Uma das razões principais pelas quais nós nos batemos com ênfase muito grande em não antecipar a conclusão da Alca foi justamente essa, nós não podíamos ter num ano eleitoral os debates decisivos sobre a Alca. Os Estados Unidos queriam antecipar para 2003 porque queriam que o debate caísse nas eleições deles, na sucessão do Bush. E nós não queríamos para evitar que o debate caísse na nossa sucessão. Então, obviamente, acho que ganhamos essa parada e este vai ser um tema importante na campanha.

Em relação ao Itamaraty, acho que nós sempre estivemos capacitados para as negociações. Nós estamos sendo nesse momento chamados a um desafio inédito. Estamos ao mesmo tempo negociando o aprofundamento do Mercosul, as negociações do Mercosul com a Comunidade Andina, a



Alca, as negociações do Mercosul com a União Européia e uma nova rodada na OMC. São pelo menos cinco ordens de negociação que demandam um esforço muito grande. O que nós estamos é habilitando os nossos funcionários, especializando mais nos grandes temas que compõem essa negociação. Mas a capacitação sempre existiu. Nós estamos procurando capacitação e dependemos para isso não só dos nossos recursos humanos, mas de fóruns como este, dos meios políticos, dos meios sindicais, dos meios empresariais para que nós possamos servir cada vez melhor. Mas acho que desempenhamos sempre bem esse papel.

**JOSUÉ MUSSALÉM** (Representante da Federação do Comércio de Pernambuco e coordenador do Instituto Oscar Morim de Desenvolvimento do Comércio) – Há três anos fui encarregado pela Confederação Nacional do Comércio de elaborar um documento a respeito de barreiras não-tarifárias ao comércio exterior do Nordeste, às exportações do Nordeste, evidentemente centradas em açúcar e frutas tropicais. Esse documento foi encaminhado ao então embaixador do Brasil junto à OMC, o ministro Celso Lafer. Em Genebra, comentava com o embaixador Celso Lafer: “Esse deve ser um dos melhores cargos do Itamaraty”. Ele disse: “Mussalém, não se iluda com as aparências. Esse é um dos cargos mais problemáticos que a diplomacia brasileira tem, em função das dificuldades de negociação na Organização Mundial do Comércio”. Aí me preocupam, embaixa-

dor, as barreiras não-tarifárias americanas que são fortes e tendem a aumentar agora em cima do aço. O presidente Bush recentemente definiu que vai proteger a velhíssima indústria de aço americana.

O segundo ponto é uma constatação. Essa experiência com a União Européia, já de dez anos, nos faz perceber que a União Européia passou por uma série de fases, a Comunidade Econômica Européia evidentemente vem do carvão e do aço, o Mercado Comum Europeu vem antes, mas na transferência ou na transmigração da Comunidade Econômica Européia para a União Européia os fundos comunitários investiram fortemente nos chamados países pobres da Europa, que eram Portugal, Espanha e Grécia. Se o senhor há dez anos foi a Portugal e vai hoje, o senhor vê que Portugal mudou sensivelmente em termos de infraestrutura na área de telecomunicações, etc. E aí a pergunta: será que na visão da Alca no futuro a gente teria um investimento muito forte dos fundos comunitários dessa futura Alca, principalmente dos Estados Unidos e do Canadá, que são países do G-7, na infraestrutura da América Latina?

Finalmente, o senhor vislumbra a possibilidade de um fortalecimento da relação União Européia e Mercosul, tão tentada e nunca conseguida até agora? Isso nos fortaleceria efetivamente na negociação com a Alca.

**SEIXAS CORREA** - Dr. Mussalém, excelentes perguntas. As barreiras não-tarifárias e as dificuldades de negociação em Genebra, o ministro Celso Lafer ilustrou da ma-

neira mais adequada. De fato, estive em Genebra em consultas de alto nível sobre o lançamento ou não de uma próxima rodada global na reunião ministerial prevista para o Qatar, com 141 membros (agora vai entrar a China) que operam por consenso. Ou seja, se algum disser "não topo", não se decide nada e são 141. Então é claro que é difícil a pessoa se isolar, só grandes membros conseguem ter o poder de se isolar, é extremamente complexo e difícil. Remover barreiras não-tarifárias aos produtos de interesse do Nordeste, açúcar e frutas tropicais, é um objetivo permanente nosso, não só na Alca como também no Mercosul. A Alca oferece uma oportunidade para se colocar isso num pacote negociador, pode ser que se consiga. Se não conseguir, também não vai querer fazer nada, porque isso obviamente é um objetivo crucial para o Brasil.

Se a Alca vai conduzir investimentos à semelhança dos fundos estruturais da União Européia nas regiões mais deprimidas, a minha resposta é um taxativo "não". A Alca não tem nada a ver com isso, não é um projeto de mercado comum e nem de longo um projeto de qualquer tipo de institucionalização supranacional, que é o que permite arrecadar fundos, arrecadar impostos. A União Européia arrecada diretamente impostos, funciona como um governo supranacional. A Alca não tem esse objetivo. A Alca é uma zona de livre comércio, uma organização exclusivamente comercial e se distingue de uma união aduaneira porque não terá, como o Mercosul, uma

tarifa externa comum em relação a terceiros países. Portanto, muito menos ainda disporá de fundos ou procurará algo semelhante ao que fez a União Européia.

Renovo a minha disposição e de todos os meus colegas no Itamaraty em continuar, intensificar, aprofundar e ampliar ao máximo esse diálogo. Vamos estar atentos ao que resulte desses debates aqui para a formação das nossas posições negociadoras. Eu acho que acima de tudo o Brasil está começando a se dar conta de que o que acontece lá fora no mundo influencia o nosso emprego, o nosso nível de riqueza e o nosso desenvolvimento. Então é importante ter uma diplomacia capaz de negociar uma inserção adequada do Brasil no mundo. Contamos com a nossa diplomacia e contamos com todo o apoio das forças vivas do país. Muito obrigado.

## **DEBATE DO PAINEL 2** **"VISÕES DO CONGRESSO** **NACIONAL"**

**CARLOS BARBIERI** - Atualmente residindo nos Estados Unidos, dirijo o Brazilian Business Bureau, que visa apoiar os empresários brasileiros que exportam para lá. Acho que tem fatos aqui que a gente não pode deixar de mencionar. O primeiro é a abertura do Itamaraty, altamente louvável. O segundo é a participação ativa da classe política, que talvez nos ajude a recuperar um pouco do tempo perdido. O terceiro ponto que eu queria destacar é a ausência. Num seminário em Miami, em ►



que estava presente nosso embaixador, foi perguntado aos empresários o que mais atrapalhava a exportação brasileira e foi dito em uníssono: a Receita Federal. Não vejo a Receita Federal, que é o maior complicador do nosso processo de comércio exterior, presente em nenhum fórum de debate, ou porque ela se julga superior à plebe brasileira, que não tem direito a discutir com ela, ou porque ela não se dá conta dos malefícios que ela causa, principalmente ao não participar do debate. Eu discordo do nosso intelectual dr. Roberto Freire no que diz respeito ao detalhamento da Alca. Com a sua concepção histórica concordo totalmente, acho que realmente estamos num processo evolutivo. Agora, a Alca pode ser um grande gerador de emprego, desde que nós tenhamos a nossa política. E aí eu pergunto: da mesma maneira que foi feita uma política de geração de indústrias automobilísticas e agora está se falando numa política industrial para o setor eletroeletrônico, o que nos falta são políticas públicas e acabarmos com a história de que o Estado não deve intervir. O Estado não deve ser um interventor, um gestor de empresas, mas deve criar as agências nacionais, de tal maneira a poder coordenar os esforços e termos uma política agrícola, uma política industrial, uma política de fortalecimento dos interesses nacionais, sem dúvida nenhuma. Eu acho que isso é o que vai dar a nossa força no processo de diálogo.

O que eu trago de lá é esta dúvida: será que nós temos tempo ainda de participar? E aí

vem a preocupação do senador, quer dizer, será que até 2005 nós vamos estar preparados? O governo enrolou, praticou um ato de estelionato contra o empresariado brasileiro fazendo-nos crer que a Alca não ia acontecer nunca. Eu diria que a grande dificuldade nossa de competição não está na capacidade do industrial nem do trabalhador brasileiro, nós somos sobejamente melhores em vantagem competitiva do que os norte-americanos. O que nos falta é realmente base econômica a um juro competitivo, uma capacidade de transporte, uma legislação trabalhista mais moderna, menos fascista, mais atualizada, para que a gente possa competir.

Acho que a Alca está muito mais nesse tipo de eventos como o nosso, em que o setor empresarial convida e comparece o setor público, particularmente parlamentares, a discutir e ver qual é a maneira de encontrarmos soluções do que propriamente de buscar a solução no setor empresarial. A gente tem que participar, mas o governo tem uma parte grande a cumprir antes que a gente possa ser competitivo. E aí está a Receita, está o Ministério do Desenvolvimento. Esse sim está fazendo a sua parte, o Giannetti está fazendo a sua parte, a senhora está fazendo a sua parte, os parlamentares estão fazendo a sua parte. Mas e a Receita? Então a pergunta que eu faço ao dr. Rubens é a seguinte: a Receita foi convidada, não foi convidada, não quis comparecer, por que a ausência dessa peça tão importante num evento como este?

**RUBENS MEDRANO** - Muito obriga-



do, Barbieri, pelo seu depoimento e pela sua experiência. Me informa a assessoria que, talvez por uma falha nossa, não foi convidada a Receita.

**LYTHA SPÍNDOLA**- Fui provocada algumas vezes, tenho que falar algo, até porque fui adjunta do secretário Everardo cinco anos, conheço bastante os problemas tributários fiscais e meu papel na área de comércio exterior é exatamente esse de desonerar a exportação ou contribuir para isso. Eu queria registrar algumas medidas importantes que já estão sendo tomadas no âmbito da Camex, como a aprovação do Aeroporto Aduaneiro Industrial. Nós vamos poder fabricar na região retro-aeroportuária, se é que isso existe. Vamos poder importar com suspensão de impostos para fabricação e posterior reexportação, ou seja, uma forma de draw back ampliado. Estamos colocando em breve para funcionar o draw back eletrônico em sistema, em Siscomex. Estamos conseguindo avançar e fechamos com a área aduaneira da Receita um decreto que regulamenta esse regime, simplificando também procedimentos. Eu queria fazer referência a um outro projeto em discussão técnica, que cria a empresa exclusivamente exportadora. É um projeto que segmenta o Brasil num país de Primeiro Mundo em termos de sistema tributário, porque permite que a empresa exclusivamente exportadora adquira tudo com suspensão (veja bem, não é isenção) de impostos, desde que ela produza exclusivamente para exportar. É uma espécie de uma ficção contábil que cinde o CNPJ em

duas empresas, a parte que produz para o mercado interno continua no mundo normal e a parte que vai produzir para exportação tem um tratamento diferenciado. É uma forma que não resolve todos os problemas, como o ônus sobre o investimento e a isonomia tributária, mas dá condições de competitividade à empresa sem ter uma promiscuidade de contas e facilitando inclusive o processo de fiscalização. Não é uma ZPE porque não tem incentivo, simplesmente tem suspensão de impostos. Na saída, como é isento, não há incidência de impostos e portanto a empresa não é onerada, não antecipa capital de giro para o Estado durante o processo produtivo. Não tem qualquer incentivo porque o que acontece hoje é que a empresa não deveria estar pagando impostos, paga, antecipa e depois fica pedindo restituição que demora às vezes muito tempo e tem ônus para o Estado controlar aquilo, tem fraude, tem ônus para o privado que antecipa os recursos. O fato é que hoje cobram impostos indevidamente e depois temos um mecanismo burocrático de restituição de um crédito presumido, que é por estimativa, não é perfeito, provoca algum grau de injustiça, gera fraude e gera custos em sua administração. Como o senador bem se referiu aqui, nós não temos uma história de abertura, começamos a fazer comércio há dez anos, estamos começando a pensar no comércio aqui como algo estratégico para o país muito recentemente. Nós temos 15 mil empresas exportando pelo menos um real por ano no Brasil, isso ►

não é nada quando temos 40 mil grandes representações de empresas multinacionais, filiais ou escritórios no Brasil. Esse é um grau de inserção muito aquém da capacidade econômica do Brasil, do potencial de produção brasileiro. Nós temos que fazer uma revolução nessa área. Independente de Alca, o processo de abertura é um ditame do inter-relacionamento das empresas que querem comprar seus insumos com alta tecnologia e mais barato no Exterior. O fato é inevitável e temos que estar preparados, porque ou exportamos, ou vamos competir ou daqui a pouco o nosso mercado interno também já foi embora. Não temos barreira, não temos como impedir a entrada de produtos estrangeiros aqui no país e daqui para a frente ou exportamos ou seremos ocupados.

**EMERSON KAPAZ** - Eu queria agradecer a oportunidade, mas não podia deixar de estar aqui e deixar algumas palavras em relação ao que está sendo tratado. Queria primeiro deixar minha preocupação de que a questão da indústria exportadora, a chamada Index, que é uma idéia excelente, espetacular, deveria ter sido incluída na negociação e no pacote que foi anunciado com a CPMF e outras alterações. Não sei por que o governo não incluiu e queria dizer que nós vamos fazer isso no Congresso. Eu tenho conversado com o Roberto Giannetti, nós vamos incluir na negociação do Congresso para aprovação da CPMF a Index, que está praticamente pronta dentro do governo, seja incluída. Se não for pelo governo, vai ser por nós, porque é absolutamen-

te prioritário e é o draw back interno de uma facilidade enorme. De 18 bilhões de draw backs que temos feitos no Brasil, pelo menos 4 poderiam ter sido feitos dentro do País, gerando US\$ 4 bilhões adicionais de compra de produtos brasileiros.

Eu queria deixar essa mensagem aqui e referendar as palavras do senador Roberto Freire. De fato, quando nós falamos que a defesa que nós do PPS fazemos é no sentido de que a Alca é boa, mas precisamos preservar o Brasil, é saber de fato o que nós queremos para o país. Não que a Alca não vá sair, mas que ela vai sair segundo condições de defesa de um projeto nacional de desenvolvimento que nós não temos claro para o Brasil: a política industrial, uma política científica e tecnológica, uma política de desenvolvimento econômico claro, de relações de capital/trabalho novas, reforma tributária, reforma de legislações. Eu claramente digo para vocês: até 2005 não vai sair isso que nós precisamos. Então não dá para termos como pré-condição que em 2005 vai acontecer. A data será consequência daquilo que o Brasil quer definir para o seu mercado interno e fazer a contrapartida de relacionamento com os outros países do mundo. Basicamente são algumas considerações. Quero agradecer mais uma vez e dizer que o Congresso está se empenhando muito e vamos continuar lutando para ser parceiros desse processo de negociações da Alca. Obrigado.

**MEDRANO** - Senhores e senhoras, eu gostaria de deixar aqui uma posição do comércio à dra. Lytha Spíndola, ao deputado



Kapaz, ao deputado Marcos Cintra e ao senador Roberto Freire. O comércio tem dado pouco da sua contribuição para a exportação, não porque ele não queira mas porque ele é tolhido. O comércio tem sido injustamente discriminado na sua condição de poder utilizar a sua capacidade de comercializar. A senhora sabe que no mundo todo a indústria produz e o comércio importa e exporta. Então, dra. Lytha, essa Casa tem lutado muito pela isonomia. Nós não queremos acabar com a indústria exportadora e a indústria importadora, comércio importador e comércio exportador, nós queremos ter uma figura de exportador e importador, não importando se comerciante, industrial, de serviços, do que for. O comércio tem sofrido com as crises do mercado interno e às vezes nós poderíamos até ajudar na exportação, mas temos sido tolhidos. O comércio que quer participar desse esforço, que está fazendo esse fórum hoje aqui para abrir e para ser não apenas um coadjuvante, mas também participante, nós gostaríamos que a senhora levasse ao Ministério da Indústria e Comércio, à Secretaria da Fazenda, ao deputado Kapaz, ao deputado Marcos Cintra, ao senador, que acabasse essa discriminação de comércio importador e comércio exportador. Vamos criar uma isonomia, vamos dar condição ao comércio.

**MARCOS CINTRA** - Eu queria agradecer imensamente por essa oportunidade e dizer que saio feliz dessa reunião, porque vi um consenso, ao menos no que diz respeito as nossas necessidades e a como nós

devemos conduzir o progresso da negociação de Alca. O que estamos discutindo aqui é como ampliar a participação do Brasil como exportador de produtos agrícolas, produtos industriais, manufaturados e também produtos com alto conteúdo tecnológico. O que estamos discutindo aqui é como encontrar esses nichos e a minha premissa é de que eles estão aí escancarados, abertos. Basta ter a competência de identificá-los e fazer uma boa negociação. Nada nos obriga a entrar na Alca, nada nos obriga a aceitar a forma como possivelmente as condições estejam sendo imaginadas pelos outros parceiros. Mais uma vez eu digo que aí há uma grande concordância em termos de procedimento, temos que identificar os nichos, colocar as nossas condições na mesa e deixar muito claro que não somos obrigados a participar.

Eu vejo as condições favoráveis, propícias, acho que vai ser uma negociação extremamente difícil, vejo caminhos importantes para a ampliação e o fortalecimento da nossa indústria, do nosso comércio, da nossa agricultura. Mas, vejo a necessidade urgente de uma participação mais ampla e sobretudo de discussões mais detalhadas, estudos mais específicos. Eu acho que nós estamos começando a discutir a Alca muito tardiamente. Se a sociedade, através dos seus representantes no Parlamento, dos representantes de classe, sindicatos, associações, enfim de todos aqueles que representam os segmentos da economia brasileira, trouxer a sua contribuição para esse debate, veremos que a Alca pode ser um bom caminho e ►



pode ser uma boa negociação, se nós soubermos fazê-la, e com isso estaremos propiciando o incremento na economia, incremento na produção, incremento no emprego e condições melhores para todos os brasileiros.

**JOSÉ MAGALHÃES** - Este debate foi muito produtivo porque mostrou a visão de parlamentares, de oficiais de governo e do próprio empresariado, e mostra uma certa convergência de opiniões. Mais do que isso, mostra uma preocupação nacional sobre um assunto que nunca foi levado à Nação. Essas coisas sempre foram conduzidas em altos escalões e agora estamos vendo que a Nação começa a participar ativamente. Mais uma vez me congratulo com a Federação do Comércio por essa iniciativa, porque são debates como esse que mostram, inclusive na divergência de opiniões, que se vai chegar ao entendimento. Creio que os Estados Unidos nos dão um grande exemplo a ser seguido, que é a participação da Nação em assuntos de caráter internacional e a participação do Congresso. Lá nos Estados Unidos quem manda na política exterior é o Congresso. No Brasil infelizmente essa característica ainda não se instalou. Se essa é uma tendência, esperamos que ela se fortaleça. Obrigado.

**MICHEL ALABY** - Agradecendo o honroso convite da Federação, eu só teria uma palavra adicional. Com a Alca ou sem a Alca, com a União Européia ou sem a União Européia, existe uma palavra-chave que é exportar. Se não exportar, não adianta ter a

Alca, não adianta ter a União Européia. Esse é o meu discurso final. Obrigado.

**LYTHA SPÍNDOLA** - Só para complementar, a proposta equipara a produção brasileira, o insumo nacional ao importado. O nosso sistema tem um profundo viés importador, favorece o que vem lá de fora em detrimento da produção nacional. É nesse sentido. Muito obrigada.

**ROBERTO FREIRE** - Nós vamos ter um processo sucessório em 2002 e, se nós atentarmos a alguns sinais que já surgiram, vamos ter um grande debate. Eu queria dizer que o deputado Aloísio Mercadante, se pudesse se fazer presente, iria trazer uma grande contribuição pela força mais expressiva da esquerda brasileira de querer estar discutindo previamente um projeto para o País. Esse é um dado importante, até porque será discutido. E como vai se discutir esse projeto, vai se discutir necessariamente a questão da Alca e vai se discutir aquilo que é pressuposto, que é o que eu tentei colocar aqui. O País precisa ter uma definição de se quer continuar sendo uma sociedade industrial e para isso precisa ter política industrial. Eu quero discutir porque será discutido (e esse é o dado também positivo em 2002) desonerar a produção, toda a atividade econômica. Não é exportação não, é indústria, é comércio, é serviço. Eu espero que em 2002 a gente tenha capacidade no Brasil de discutir um projeto desse, discutir os outros projetos e discutir a Nação brasileira. Muito obrigado. ■



TRIÊNIO 1999 - 2002

## DIRETORIA

ABRAM ABE SZAJMAN.....	Presidente
EUCIDES CARLI.....	1º Vice-Presidente
MANUEL HENRIQUE FARIAS RAMOS.....	2º Vice-Presidente
WALACE GARROUX SAMPAIO.....	3º Vice-Presidente
LUCIANO FIGLIOLA.....	4º Vice-Presidente
MÁRCIO OLÍVIO FERNANDES DA COSTA.....	5º Vice-Presidente
JOSÉ CARLOS BUCHALA MOREIRA.....	Vice-Presidente
MARCO AURÉLIO SPROVIERI RODRIGUES.....	Vice-Presidente
FERNANDO SORANZ.....	Vice-Presidente
	Vice-Presidente
	Vice-Presidente
	Vice-Presidente
	1º Secretário
	2º Secretário
	3º Secretário
	4º Secretário
	1º Tesoureiro
	2º Tesoureiro
	3º Tesoureiro
	4º Tesoureiro

José Domingues Vinhal  
Argemiro de Barros Araújo  
Ivo Dall'Acqua Júnior  
João Franco de Godoy Filho  
Eládio Arroyo Martins  
Mircio da Cunha Rego Miranda  
Jorge Sarhan Salomão  
Dario Miguel Pedro  
José Moreira da Silva  
Orlando Rodrigues  
Eduardo Vampré do Nascimento  
Rafik Hussein Saab  
Alvaro Vieira da Cunha  
Ricardo Yazbek  
Antonio Martins Nogueira  
Walter Francisco Lafemina  
Israel Guinsburg  
José Santino de Lira Filho  
Jorge Duarte de Souza

Sebastião dos Santos Meciano  
Mauro Zukerman  
George Assad Chahade  
Reinaldo Aparecido Mastelaro  
Luiz Armando Lippel Braga  
Pedro Pavão  
Carlos Gobbo  
Alberto Weberman  
Alcides Facó Vidigal  
Roberto Arutim  
Akira Kido  
Adelmo Campanholo  
Ubirajara Celso do Amaral  
Guimarães  
Othon Barcellos Corrêa Sobrinho  
Wilson Ramos  
Adilson Armando Carvalho Amadeu  
Marcos Antonio Garcia Molina  
Roberto Eduardo Lefèvre

José Maria Saes Rosa  
Jayme José Adissi  
Luiz Antonio Silva  
Antonio Augusto Freitas Ferreira  
Paulo Guioto Frascino  
Melhem Yaryd Júnior  
Sérgio Morad  
Cesare Isidoro Iaccino  
Felicja Aparecida de Souza Areias  
Cláudio Ambrósio  
Arnaldo José Pieralini  
Luiz Antonio Bertocco  
Caetano de Genaro  
Vicente Amato Sobrinho  
Guido Cosentino  
Alvaro Luiz Bruzadin Furtado  
Lindolfo Palhares Ferreira  
Ubirajara Cardoso da Rocha Filho

## SUPLENTE

Antonio Rubens Minguês Marcondes  
Fernando Martins da Fonseca  
Sérgio Costa Gomes  
José Pena  
Alfílio Carlos Daneze  
Valdecir Pedro Brambilla  
Arlette Cângero de Paula Campos  
Eduardo Michetti  
Valdemar Bertazzoni  
Michel Jorge Saad  
Odair Roberto Loureiro  
Paulo Roberto Gulla  
Antonio Rosaldo Rollo Filho  
Lício Marcos Finzetto  
Jair Rabello da Motta  
Ronaldo Milan  
Walter Paschoal  
Ariovaldo Maniezo  
Benedito Toso de Arruda  
José Roberto Pena  
Luis Antonio Arakaki  
Fouad Said Abou Daher  
José Carlos de Camargo  
Arlindo Liberatti

Avelino Augusto Teixeira Júnior  
José Antônio Fragali  
Marcos Fozzello  
Domingos Augusto Manfrin  
Carlos Lambertini  
Tachio Guinosa  
Eduardo Lourenço  
Milton Zamora  
Donizeti Aparecido Caraca  
Joaquim Cândido Ferreira  
Paulo João de Oliveira Alonso  
Milton Barbosa  
Antonio Augusto Borges  
Décio Pistori  
Carlos Alberto Binato  
Dayme Antonio Mistilides  
João Lino  
Laércio Aparecido Pereira Tobias  
Odayr Alves da Silva  
Virgílio Cansino Gil  
Marcelo Lopes  
José de Oliveira Portálio  
Dirival Pavezi  
Valdecino Souza Santos  
José Ibrahim Curly

Antonio di Girolamo  
José Cláudio Zanetti  
Mário Penhaveres Baptista  
Martinho Sérgio Krasucki  
Angelo Valtér Breganó  
Roberto Carlos Guandalini  
Edson Gaglianone  
Antonio Maleus Vieira  
Domingos Marzionna  
Mara Lucia Valverde Fiorotti  
Luiz Carlos Santos Minelli  
Luiz Alberto T. de Azevedo Lassen  
Keiji Kato  
Ronaldo Antunes Ferreira  
Carlos Augusto Nunes do Amaral  
Rubens Almeida  
Geraldo Sérgio Basanelli  
Sylvio Luongo  
José Carlos Gubalin  
Hélio Matsuo  
Amauri dos Santos  
João Marques Neto  
Frednês Corrêa Leite  
Antonio Carlos Pêrgola  
Dirceu Luiz Michelin

**CONSELHO FISCAL - EFETIVOS** • Amadeu Castanheira • Jair Toledo • José Carlos Brandão

**CONSELHO FISCAL - SUPLENTE** • Pedro Abrahão Alem Neto • Elias Anawate • Aguinaldo Trindade Suarez Acedo

**DELEGADOS JUNTO AO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA CNC - EFETIVOS** • Abram Abe Szajman • Eucides Carli

**DELEGADOS JUNTO AO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA CNC - SUPLENTE** • Luciano Figliola • Márcio O. Fernandes da Costa



## **SINDICATOS FILIADOS À FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - INTERIOR DO ESTADO:**

Sindicato do Comércio Varejista de ADAMANTINA • Sindicato do Comércio Varejista de AMERICANA E REGIÃO • Sindicato do Comércio Varejista de ANDRADINA • Sindicato do Comércio Varejista de ARAÇATUBA • Sindicato do Comércio Varejista de ARARAQUARA • Sindicato do Comércio Varejista do Município de ASSIS • Sindicato do Comércio Varejista de ATIBAIA • Sindicato do Comércio Varejista de BARRETOS • Sindicato do Comércio Varejista de BAURU • Sindicato do Comércio Varejista de BEBEDOURO • Sindicato do Comércio Varejista de BIRIGÜI • Sindicato do Comércio Varejista de BOTUCATU • Sindicato do Comércio Varejista de BRAGANÇA PAULISTA • Sindicato do Comércio Varejista de CAMPINAS • Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Vendedores Ambulantes de CAMPINAS • Sindicato dos Lojistas do Comércio de CAMPINAS • Sindicato do Comércio Varejista de CATANDUVA • Sindicato do Comércio Varejista de CRUZEIRO • Sindicato do Comércio Varejista de FERNANDÓPOLIS • Sindicato do Comércio Varejista de FRANCA • Sindicato do Comércio Varejista de GUARATINGUETÁ • Sindicato do Comércio Varejista de GUARULHOS • Sindicato do Comércio Varejista de ITAPETININGA • Sindicato do Comércio Varejista de ITAPEVA • Sindicato do Comércio Varejista de ITAPIRA • Sindicato Patronal do Comércio Varejista do Município de ITARARÉ • Sindicato do Comércio Varejista de ITU • Sindicato do Comércio Varejista de JABOTICABAL • Sindicato do Comércio Varejista do Município de JACAREÍ • Sindicato do Comércio Varejista de JALES • Sindicato do Comércio Varejista de JAÚ • Sindicato do Comércio Varejista de JUNDIAÍ • Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Vendedores Ambulantes de JUNDIAÍ • Sindicato do Comércio Varejista de LIMEIRA • Sindicato do Comércio Varejista de LINS • Sindicato do Comércio Varejista de LORENA • Sindicato do Comércio Varejista de LUCÉLIA • Sindicato do Comércio Varejista de MARÍLIA • Sindicato do Comércio Varejista de MATÃO • Sindicato do Comércio Varejista de MIRASSOL • Sindicato do Comércio Varejista de MOGI DAS CRUZES • Sindicato do Comércio Varejista de MOGI GUAÇU • Sindicato do Comércio Varejista de OSVALDO CRUZ • Sindicato do Comércio Varejista de OURINHOS • Sindicato do Comércio Varejista de PALMITAL • Sindicato do Comércio Varejista de PENÁPOLIS • Sindicato do Comércio Varejista de PINDAMONHANGABA • Sindicato do Comércio Varejista de PIRACICABA • Sindicato do Comércio Varejista de PIRASSUNUNGA • Sindicato do Comércio Varejista de PRESIDENTE PRUDENTE • Sindicato do Comércio Varejista de RIBEIRÃO PRETO • Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Vendedores Ambulantes de RIBEIRÃO PRETO • Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de RIBEIRÃO PRETO • Sindicato de Turismo e Hospitalidade de RIBEIRÃO PRETO • Sindicato do Comércio Varejista de RIO CLARO • Sindicato do Comércio Varejista de SANTA FÉ DO SUL • Sindicato do Comércio Varejista do ABC • Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO, DIADEMA, MAUA E RIBEIRÃO PIRES • Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Vendedores Ambulantes de SÃO CAETANO DO SUL • Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de SANTO ANDRÉ E REGIÃO • Sindicato dos Salões de Barbeiros de SANTO ANDRÉ • Sindicato do Comércio Varejista da BAIXADA SANTISTA • Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas de SANTOS • Sindicato do Comércio Atacadista de Café no ESTADO DE SÃO PAULO • Sindicato dos Armazéns Gerais no ESTADO DE SÃO PAULO-SANTOS • Sindicato dos Corretores de Café de SANTOS • Sindicato do Comércio Varejista de SÃO CARLOS • Sindicato do Comércio Varejista da Região de SÃO JOÃO DA BOA VISTA • Sindicato do Comércio Varejista de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS • Sindicato do Comércio Varejista do Município de SÃO JOSÉ DO RIO PARDO • Sindicato do Comércio Varejista de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO • Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes e Vendedores Ambulantes de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO • Sindicato do Comércio Varejista de SÃO ROQUE E REGIÃO • Sindicato do Comércio Varejista de SOROCABA • Sindicato do Comércio Varejista de TAUBATÉ • Sindicato do Comércio Varejista de TUPÃ • Sindicato do Comércio Varejista de VOTUPORANGA



**SINDICATOS FILIADOS - CAPITAL:** Sindicato do Comércio Atacadista de Álcool e Bebidas em Geral no Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Bijuterias do Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Couros e Peles de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Drogas e Medicamentos no Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas do Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios no Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Louças, Tintas e Ferragens de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Maquinismos em Geral de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Materiais de Construção de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Produtos Químicos para Indústria e Lavoura no Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Sacaria em Geral no Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos Vestuários e Armazinhos do Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Atacadista de Vidro Plano, Cristais e Espelhos no Estado de São Paulo • Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo • Sindicato dos Permissionários em Pontos Fixos nas Vias e Logradouros Públicos do Município de São Paulo • Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Papel e Papelão • Sindicato do Comércio Varejista de Calçados de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas do Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Carvão Vegetal e Lenha no Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Flores e Plantas Ornamentais do Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Livros de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Material de Construção, Maquinismos, Ferragens, Tintas, Louças e Vidros da Grande São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Material de Escritório e Papelaria de São Paulo e Região • Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Material Médico, Hospitalar e Científico do Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico no Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos no Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Pneumáticos de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista de Veículos Automotores Usados no Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes do Estado de São Paulo • Sindicato do Comércio Varejista nos Mercados de São Paulo • Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de São Paulo • Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo • Sindicato das Agências de Correio Franqueadas do Estado de São Paulo • Sindicato dos Agentes da Propriedade Industrial do Estado de São Paulo • Sindicato dos Cemitérios Particulares do Estado de São Paulo • Sindicato dos Classificadores de Produtos de Origem Vegetal, Animal e Mineral do Estado de São Paulo • Sindicato dos Comissários e Consignatários do Estado de São Paulo • Sindicato dos Comissários de Despachos, Agentes de Carga Aérea, Operadores Intermodais e Transitários no Estado de São Paulo • Sindicato dos Corretores de Café de São Paulo • Sindicato dos Corretores de Mercadorias de São Paulo • Sindicato dos Despachantes no Estado de São Paulo • Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo – SECOVI • Sindicato das Empresas de Garagens e Estacionamentos do Estado de São Paulo • Sindicato das Empresas Distribuidoras de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo • Sindicato das Empresas Locadoras de Equipamentos e Máquinas de Terraplenagem do Estado de São Paulo • Sindicato das Empresas Locadoras de Filmes em Vídeo Cassete do Estado de São Paulo • Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo • Sindicato das Empresas de Refeição-Convênio do Estado de São Paulo • Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo • Sindicato dos Exportadores e Importadores de Grãos e Oleaginosas do Estado de São Paulo • Sindicato dos Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras do Estado de São Paulo • Sindicato de Lavanderias e Similares de São Paulo • Sindicato dos Leiloeiros no Estado de São Paulo • Sindicato dos Representantes Comerciais e das Empresas de Representação Comercial do Estado de São Paulo • Sindicato dos Salões de Barbeiros e Cabeleireiros para Homens de São Paulo • Sindicato dos Salões de Bilhares de São Paulo • Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo • Sindicato Nacional dos Administradores de Consórcio – SINAC





Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP)  
Av. Paulista, 119, 3º andar, CEP 01311-000 – São Paulo (SP)  
Tel.: (11) 3179-3800/3179-3900 (Teleatendimento) - Fax (11) 287-0534  
E-mail: fcesp@ccesp.org.br

**Presidente:** Abram Szajman

ESTRUTURA FUNCIONAL DA FECOMERCIO SP

**1. Gabinete da Presidência** • 1.1 - José Pimentel Pereira - Chefe de Gabinete - Tel.: 3179-3816 - e-mail: helo@fcesp.org.br • 1.2 - Carlos Tavares - Assessoria de Imprensa e Órgãos Governamentais - Tel.: 3179-3831 - e-mail: carlostavares@paulista.sescsp.com.br • Paschoal Innechi - Órgãos do Governo - Tel.: 3179-3950 - e-mail: pinnechi@fecomerciosp.org.br • 1.3 - Ubirajara Cardoso Rocha - Assuntos Confederativos - Tel.: 3179-3860 - e-mail: urocha@fecomerciosp.org.br • 1.4 - Sandra Nogare - Secretária - Tel.: 3179-3804 - e-mail: sdnogare@fecomerciosp.org.br • **2. Diretoria Executiva** • 2.1 - Antonio Carlos Borges - Diretor - Tel.: 3179-3920 - e-mail: acborges@fecomerciosp.org.br • 2.2 - Eduardo Baldassarre - Diretor-adjunto - Tel.: 3179-3911 - e-mail: ebaldassarre@fecomerciosp.org.br • **2.3 - Infra-estrutura e Suporte** • 2.3.1 - Rosana Maria Muzetti - Responsável - Tel.: 3179-3920 - e-mail: rmuzetti@fecomerciosp.org.br • 2.3.2 - Eliana Maria A. Silva Santos - Secretária - Tel.: 3179-3918 - e-mail: emaria@fecomerciosp.org.br • 2.3.3 - Joaquim Matias Ferreira - Arrecadação - Tel.: 3179-3933 - e-mail: jmferreira@fecomerciosp.org.br • 2.3.4 - Reginaldo Luiz Dias - Tesouraria - Tel.: 3179-3935 - e-mail: rldias@fecomerciosp.org.br • 2.3.5 - Rose Mary Abril Souto - Recursos Humanos - Tel.: 3179-3930 - e-mail: rmsouto@fecomerciosp.org.br • 2.3.6 - Fábio Brentan - Núcleo de Informática - Tel.: 3179-3962 - e-mail: fbrentan@fecomerciosp.org.br • **2.4 - Assessorias** • 2.4.1 - Oiram Corrêa - Econômica - Tel.: 3179-3970 - e-mail: ocorrea@fecomerciosp.org.br • 2.4.2 - Fábio Pina - Pesquisa e Estatística - Tel.: 3179-3988 - e-mail: fpina@fecomerciosp.org.br • 2.4.3 - A. Fernando Rocha Moreira - Comunicação - Tel.: 3179-3955 - e-mail: frocha@fecomerciosp.org.br • 2.4.4 - Jean Claude Silberfeld - Desenvolvimento de Serviços - Tel.: 3179-3960 - e-mail: jsilberfeld@fecomerciosp.org.br • 2.4.5 - Luís Antonio Flora - Jurídica - Tel.: 3179-3978 - e-mail: laflora@fecomerciosp.org.br • **2.4.6 - Assessores Jurídicos e Áreas de Especialização** - Ana Paula Locoselli - Consumidor, Turismo e Processo - Tel.: 3179-3981 - e-mail: aplocoselli@fecomerciosp.org.br - Fernando Marçal - Trabalhista e Sindical - Tel.: 3179-3868 - e-mail: fmarcal@fecomerciosp.org.br • Janáina Mesquita Lourenço - Tributário e Trabalhista - Tel.: 3179-3994 - e-mail: jmlourenco@fecomerciosp.org.br • Jairo Cambraia Marra - Consumidor, Comercial e Serviços - Tel.: 3179-3975 - e-mail: jcmarra@fecomerciosp.org.br • José Gustavo Kunc - Tributário, Lojista e Varejo - Tel.: 3179-3976 - e-mail: gkunc@fecomerciosp.org.br • Romeu Bueno de Camargo - Tributário e Atacadista - Tel.: 3179-3979 - e-mail: rbcamargo@fecomerciosp.org.br

## TESES

**Teses** é uma publicação da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), destinada à divulgação dos estudos, análises e propostas da entidade a respeito de temas do interesse do setor comercial e da sociedade brasileira. Participam da elaboração desses documentos as equipes técnicas da Secretaria Executiva da entidade. Os trabalhos marcam posições oficiais da Fecomercio SP, destinam-se à divulgação pública e são distribuídos a todos os sindicatos filiados, principais órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual e municipal, meios acadêmicos, entidades e associações de classe, permitindo-se a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte.

Nº 42 – Novembro de 2001

**Jornalista responsável:** Antonio Fernando Rocha Moreira (RMTB 8.443)

**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**



**Federação do Comércio do Estado de São Paulo**  
**Av. Paulista, 119 - 3º andar - Tel.: (11) 3179-3800 - São Paulo - SP**